

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.554.542 - RS (2019/0223790-9)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : RUDIMAR FLORINDO DE CARVALHO MERLO**  
**AGRAVANTE : SANT'ANNA PNEUS LTDA**  
**ADVOGADOS : HUMBERTO LODI CHAVES - RS063524**  
**TIAGO ALEXANDRE BELTRAME - RS066196**  
**AGRAVADO : OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL**  
**ADVOGADOS : TOMÁS ESCOSTEGUY PETTER - RS063931**  
**DIEGO SOUZA GALVAO - RS065378**  
**TATIANE BELLOMO DA SILVA - RS068466**  
**CRISTIANE BENITES MICHEL KAMPFF - RS063427**

### **DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto por RUDIMAR FLORINDO DE CARVALHO MERLO E OUTRA, em face de acórdão assim ementado (fl. 233):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA EXECUTADA. LEVANTAMENTO DE VALORES DEPOSITADOS EM JUÍZO. Das decisões prolatadas nos autos do agravo de instrumento n. 0034576-58.2016.8.19.0000 – TJ/RJ, e seus respectivos embargos de declaração, retira-se que para o levantamento de valores depositados nos autos de qualquer execução ou cumprimento de sentença em face da companhia telefônica resulta necessário o preenchimento, cumulativamente, de dois requisitos, ou seja, (1) valores depositados antes de 21.06.2016 e (2) trânsito em julgado/preclusão da decisão prolatada em embargos à execução ou na decisão final da impugnação ao cumprimento de sentença que tenha definido o quantum debeatur anteriormente a 21.06.2016. Eventual valor excedente ou depositado/bloqueado em demandas que não se insiram nas exceções do agravo de instrumento 003457658.2016.8.19.0000 , devem ser liberados diretamente à Cia. demandada, independentemente de intimação, notificação ou cientificação do administrador judicial. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO.

Os embargos de declaração opostos na origem foram rejeitados (fls.

285/295).

Nas razões do especial, o ora agravante alega violação dos arts. 6º, *caput*, 7º, 10, 49, *caput*, 51, III, 52, III, e 61 da Lei n. 11.101/2005, bem como dissídio jurisprudencial. Aduz que "a Lei de Recuperação Judicial não pode invalidar os atos já praticados na execução individual antes do pedido de recuperação judicial (20.06.2016), bem como não há de se falar em obrigatoriedade da habilitação retardatária, quando a penhora em dinheiro foi feita tempestivamente, garantindo a execução e desligando-se do patrimônio do devedor" (fl. 318).

Ultrapassado o juízo de admissibilidade, passo a decidir.

O Tribunal de origem, com base nos fatos e provas dos autos, concluiu pela impossibilidade de liberação dos valores e pela obrigatoriedade de habilitação do crédito no juízo recuperacional, assim se pronunciando (fl. 240):

(...) para o levantamento de valores relativos a créditos concursais nos autos de qualquer execução ou cumprimento de sentença em face da companhia telefônica resulta necessário o preenchimento, cumulativamente, de dois requisitos, ou seja, (1) valores depositados antes de 21.06.2016; e (2) trânsito em julgado/preclusão da decisão prolatada em embargos à execução ou da decisão final de impugnação ao cumprimento de sentença que tenha definido o *quantum* debeat anteriormente a 21.06.2016.

Na hipótese dos autos, não preenchidos todos os requisitos – especialmente pela ausência de definição do *quantum debeat* anteriormente à data de 21.06.2016 –, impõe-se o afastamento de qualquer pretensão liberatória em favor da parte credora.

Os valores eventualmente depositados/bloqueado em excesso, por sua vez, “deverão os mesmos serem levantados pelas devedoras diretamente”, conforme orientações advindas do processo de recuperação judicial da companhia telefônica, a 7ª Vara Empresarial do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, em resposta ao Ofício n. 05/2018, anteriormente transcritas.

Entendimento aplicável em relação aos valores depositados em situações de créditos concursais, se estes não estiverem excetuados na forma da decisão proferida nos autos do agravo de instrumento 003457658.2016.8.19.0000.

Hipótese dos autos.

# *Superior Tribunal de Justiça*

A análise das razões do recurso, a fim de demover o que concluído pela origem, demandaria inevitável reexame de matéria fática, procedimento que encontra óbice no verbete 7 da Súmula desta Corte.

A conclusão acima reproduzida está em harmonia com a jurisprudência adotada neste Superior Tribunal de Justiça, que já se posicionou no sentido de que, resultando a obrigação de fato anterior ao pedido de recuperação, a ação de conhecimento prosseguirá no juízo universal e, após a formação do título, não tendo transitado em julgado a recuperação judicial, o crédito deverá ser habilitado no quadro geral de credores da empresa, nos termos do art. 6º, § 1º, combinado com o art. 49 da Lei n. 11.101/05.

Acrescente-se que no AgInt no CC 157.396/PR, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/9/2018, DJe 17/9/2018 ficou claro que o "controle dos atos de constrição patrimonial, como forma de preservar tanto o direito creditório quanto a viabilidade do plano de recuperação judicial, deve prosseguir sob a supervisão do Juízo universal, único competente para determinar a essencialidade dos bens constritos" (AgInt no CC 157.396/PR, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/9/2018, DJe 17/9/2018). Seguindo a mesma orientação:

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. DEFERIMENTO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. MEDIDAS DE CONSTRIÇÃO DO PATRIMÔNIO DA EMPRESA. CRÉDITO EXTRACONCURSAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. AGRAVO IMPROVIDO.

1. São incompatíveis com a recuperação judicial os atos de execução proferidos por outros órgãos judiciais de forma simultânea com o curso da recuperação ou da falência das empresas devedoras, de modo a configurar conflito positivo de competência.
2. Tratando-se de crédito constituído depois de ter o devedor ingressado com o pedido de recuperação judicial (crédito extraconcursal), está excluído do plano e de seus efeitos (art. 49, *caput*, da Lei n. 11.101/2005). Porém, a jurisprudência desta Corte

tem entendido que, como forma de preservar tanto o direito creditório quanto a viabilidade do plano de recuperação judicial, o controle dos atos de constrição patrimonial relativos aos créditos extraconcursais deve prosseguir no Juízo universal.

3. Franquear o pagamento dos créditos posteriores ao pedido de recuperação por meio de atos de constrição de bens sem nenhum controle de essencialidade por parte do Juízo universal acabará por inviabilizar, a um só tempo, o pagamento dos credores preferenciais, o pagamento dos credores concursais e, mais ainda, a retomada do equilíbrio financeiro da sociedade, o que terminará por ocasionar na convalidação da recuperação judicial em falência, em prejuízo de todos os credores, sejam eles anteriores ou posteriores à recuperação judicial.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg nos EDcl no CC 136.571/MG, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/05/2017, DJe 31/05/2017)

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. DEVEDOR EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO VERIFICADA. CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO. EVENTO DANOSO OCORRIDO EM MOMENTO ANTERIOR AO PEDIDO RECUPERACIONAL. SUBMISSÃO AOS SEUS EFEITOS. SENTENÇA CONDENATÓRIA PROFERIDA POSTERIORMENTE. IRRELEVÂNCIA.

1. Ação ajuizada em 20/5/2013. Recurso especial interposto em 27/9/2017 e concluso ao Gabinete em 8/3/2018.

2. O propósito recursal é definir se o crédito de titularidade das recorridas, decorrente de sentença condenatória transitada em julgado após o pedido de recuperação judicial do devedor, deve sujeitar-se ao plano de soerguimento.

3. Devidamente analisadas e discutidas as questões controvertidas, e suficientemente fundamentado o acórdão recorrido, não há como reconhecer a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional.

4. Para os fins do art. 49, caput, da Lei 11.101/05, a constituição do crédito discutido em ação de responsabilidade civil não se condiciona ao provimento judicial que declare sua existência e determine sua quantificação. Precedente.

5. Na hipótese, tratando-se de crédito derivado de fato ocorrido em momento anterior àquele em que requerida a recuperação judicial, deve ser reconhecida sua sujeição ao plano de soerguimento da

# *Superior Tribunal de Justiça*

sociedade devedora.

6. Recurso especial provido. (REsp 1727771/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 18/05/2018)

A reforçar o entendimento acima descrito: AREsp n. 1.558.597/RS, Relator Ministro MARCO BUZZI, DJe de 12.9.2019; e AREsp n. 548.610/PR, Relator Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), DJe de 24.4.2018.

Dessa forma, encontrando-se o acórdão recorrido em consonância com a orientação desta Corte, não há o que se reformar, esbarrando o presente recurso no óbice da Súmula 83/STJ.

Em face do exposto, nos termos do art. 34, XVIII, "b", do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora